



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**MARINHA DO BRASIL**

**COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL**

**HOSPITAL NAVAL DE RECIFE**

1.1. Os procedimentos médico-hospitalares não cobertos nem financiados, sendo vedada a implantação das despesas, são os a seguir enumerados:

- 1.1.1. procedimentos de natureza estética, inclusive cirurgias plásticas;
- 1.1.2. utilização de artigos importados quando houver similar nacional de boa qualidade;
- 1.1.3. aquisição de óculos e aparelhos correlatos;
- 1.1.4. fornecimento de órteses ou próteses não relacionados ao ato cirúrgico, sem prévia autorização do credenciante;
- 1.1.5. tratamentos clínicos ou cirúrgicos não éticos;
- 1.1.6. Tratamentos cuja eficiência não seja reconhecida pelos respectivos Conselhos Federais;
- 1.1.7. tratamentos médicos e de outras especialidades experimentais;
- 1.1.8. internação para rejuvenescimento e obesidade;
- 1.1.9. internação para check-up;
- 1.1.10. fornecimento adicional de medicamentos para tratamento ambulatorial, após alta hospitalar;
- 1.1.11. acomodação hospitalar Sem padrão de conforto superior ao estabelecido pelo credenciamento;
- 1.1.12. exame de paternidade;
- 1.1.13. tratamentos de infertilidade e procedimentos de inseminação e fertilização;
- 1.1.14. internação para realização de exames de diagnóstico que não requeiram realização de procedimento e/ou administração de medicamentos;
- 1.1.15. lentes de contato;
- 1.1.16. lipoaspiração;
- 1.1.17. procedimento não reconhecido pelo Ministério da Saúde e conselhos federais de profissionais da área de saúde;
- 1.1.18. recanalização de trompas e canais diferentes;
- 1.1.19. terapia ortomolecular;
- 1.1.20. tratamento em estância hidromineral e hidrotermal, de repouso ou clínica de emagrecimento;
- 1.1.21. vacina dessensibilizante;
- 1.1.22. vacina imunizante disponível na rede pública ou não reconhecida pelo Ministério da Saúde e vacina contra gripe;

- 1.1.23. orientação vocacional;
- 1.1.24. psicoterapia com objetivo profissional, ou para cumprimento curricular junto a estabelecimento de ensino e teste psicotécnico;
- 1.1.25. despesas hospitalares extraordinárias tais como telefonemas, uso de televisão, alimentação não prevista no tratamento, lavagem de roupas e indenização de danos; e
- 1.1.26. prestação de serviços por cuidadores.

1.2. Os procedimentos odontológicos não cobertos nem financiados, sendo vedada a implantação das despesas, são os a seguir enumerados:

- 1.2.1. procedimentos de natureza estética;
- 1.2.2. tratamentos odontológicos cuja eficiência não seja reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia;
- 1.2.3. tratamento e manutenção ortodônticos, acima de quinze anos completos (quinze anos e onze meses) e tratamento de má oclusões com deslocamentos menor ou igual a 1mm;
- 1.2.4. aquisição de artigos por importação, quando houver similares nacionais que atendam às especificações do tratamento;
- 1.2.5. aquisição de OPME (Órteses, próteses e materiais especiais) e materiais necessários (membranas e enxertos ósseos) à realização de implantes osseointegrados;
- 1.2.6. serviços de laboratório de prótese dentária e componentes protéticos necessários às reabilitações protéticas sobre implante;
- 1.2.7. despesas hospitalares extraordinárias tais como telefonemas, uso de televisão;
- 1.2.8. alimentação não prevista no tratamento, lavagem de roupas e indenização de danos; e
- 1.2.9. outros procedimentos e tratamentos, a critério do Diretor Geral do Pessoal da Marinha, ouvida a Diretoria de Saúde da Marinha, informados previamente ao Credenciamento, em prazo mínimo de 30 (trinta) dias.